

SOBRE O DISPOSITIVO HISTÓRICO DE SEXUALIDADE E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Vânia Maria da Silva Bonfim*

RESUMO: *Este artigo trata da sexualidade na educação escolar como um dispositivo histórico de poder. Busca-se fazer um breve comentário e diálogo entre as perspectivas de sexualidade reprimida e como instrumento de poder de diferenciadas manobras e técnicas positivas, dentre as quais a proliferação discursiva. Para tanto nos valem das noções de “sublimação do instinto sexual” de Sigmund Freud e de “dispositivo de sexualidade” de Michel Foucault. As condições pós-modernas da eficácia e o processo civilizatório fazem parte da análise. Da mesma forma, inclui-se no presente texto a discussão sobre sexo como ciência do ocidente e sobre sexualidade deliberada e construída por meio de discursos. A produção da vida se imbrica ao tratamento da sexualidade na contemporaneidade e a escola entra nesse processo como espaço de disseminação de discursos sobre a sexualidade saudável dentro de uma perspectiva preventiva.*

Palavras-Chave: Sexualidade; Educação Sexual; Escola.

INTRODUÇÃO

Esse artigo trata da sexualidade na educação escolar. Nesse estudo, buscou-se fazer dialogar brevemente as perspectivas de repressão sexual e as dos mecanismos positivos de controle e construção da sexualidade, fazendo emergir toda uma análise da sexualidade como produtora da vida e construída através de discursos médico-científicos no ocidente. Essa perspectiva é desnudada e analisada no seu imbricamento com a contemporaneidade e seu papel no processo civilizatório. Para tanto nos valem da noção e conceitos de “dispositivo de sexualidade” de Michel Foucault. A sexualidade é vista como um produto histórico de grande instrumentabilidade para um poder horizontal, instável e polimorfo. Ela atua na produção da vida numa perspectiva pós-moderna de evitar o erro no cuidado do sexo e produzir a saúde e utilidade dos corpos, dentro de uma dimensão preventiva.

SEXUALIDADE COMO DISPOSITIVO HISTÓRICO

A satisfação sexual é um dos elementos mais antigos da humanidade que vem sofrendo transformações com o processo de civilização do ser humano. A sexualidade não pode ser compreendida simplesmente como um instinto orgânico. Ela é um produto da cultura. No tempo e na localidade em que ela se insere, existem variações de suas práticas e do discurso que se cria a respeito dela.

Constituir uma civilização moderna parecia requerer uma perda da liberdade em seu sentido amplo, já que a convivência em grupos sugere a instalação de normas e regulamentos mínimos de convivência (ROUSSEAU: 2005). Civilizar-se constituiu em aumento da segurança *versus* perda da liberdade que em si não era um dom da civilização. A satisfação sexual mereceu

* Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia, Campus I - Salvador e Mestranda no Programa em Educação e Contemporaneidade /UNEB, Linha de Pesquisa 1 – PROCEMP. E-mail: vania_bonfim@hotmail.com.

reorganizações que a situaram dentro de uma estratégia de controle. Por isso, Freud analisa que a tendência da civilização é a restrição da vida sexual. A sublimação do instinto - particularmente o sexual - uma característica intimamente ligada ao desenvolvimento do processo civilizatório ocidental, atuaria nesse sentido (FREUD: 1972[a], 102-103).

Todavia isso não se pode confundir com a idéia de que a relação entre a sexualidade, a cultura e o poder seja atualmente de repressão, como a hipótese freudiana. O processo de sublimação sexual, ou seja, “desvio das forças instintivas sexuais dos objetos sexuais e sua orientação para objetivos novos” demonstrado por Freud (1972 [b], 182) prevê a utilização da energia sexual para as atividades produzidas pela e para manutenção da civilização. Porém, a repressão é uma das variadas estratégias utilizadas na relação entre sexo e poder. Existem “mecanismos positivos” vários que exercem disciplina sobre a sexualidade, não unicamente no sentido de a reprimir ou restringir, como também de proliferar discursos sobre sexo e intensificar os prazeres.

Diferentemente de manter-se estruturada sobre a hipótese da repressão, a sexualidade se desenvolve como um dispositivo histórico, desde as sociedades ocidentais industriais baseadas no modelo civilizatório europeu. Diante disso, a sexualidade não é o elemento que será descoberto pelo saber, mas muito mais produzido por ele. Ela é um dispositivo histórico, ou seja, uma rede de “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, decisões administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT: 1979, 244) que envolve a estimulação dos corpos, dos prazeres, dos discursos, a formação de conhecimentos, em meio a controles e resistências (*op.cit.*: 1988, 100).

Para compreender a idéia de sexualidade como dispositivo, é necessário ter clara a relação entre poder e sexo desde as sociedades ocidentais industriais. Poder “é o nome dado a uma estratégia complexa numa sociedade determinada” (*idem*, 89). Ele pode ser entendido como um exercício. A forte característica do poder é não ser universal, mas incidir sobre a individualidade, lidar com as cotidianidades, como o micro. Este poder, que se instaura na modernidade, é móvel, instável, polimorfo, horizontal com técnicas utilizadas segundo a conjuntura. Subleva-se uma forma sofisticada de poder, o qual não se consegue concentrar, pois está disperso em toda a sociedade. Não há uma estrutura, instância ou pessoa que concentre o domínio do poder. Ele está em cada ponto, em cada indivíduo, gerindo e administrando comportamentos que lhe sejam úteis. O poder está vinculado ao Estado, mas não é o próprio Estado simplesmente. Ele é indispensável ao Estado nas suas articulações e na sua eficácia, mas não se reduz apenas a uma macro-estrutura, faz-se presente também na cotidianidade e entre os indivíduos.

Sendo o dispositivo “um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder uma urgência (...) [tendo] uma função estratégica dominante” (FOUCAULT: 1988), a sexualidade conjetura-se, deste modo, como uma produção histórica. Ela está no cerne de controles, incitações e administrações efetivados por um poder sofisticado que passa pelas nossas mãos e pelas instituições sociais. Produzimos, desta maneira, uma sexualidade que gravita em torno do sexo sobre o qual nos propomos falar, pensar, refletir as práticas, os prazeres e as conseqüências econômicas e políticas das nossas ações sexuais.

Essa qualidade de poder que se constituiu nas sociedades ocidentais é um produto da condição contemporânea em que ideais iluministas são a base para o sistema econômico e político vigente. O projeto iluminista, do qual o capitalismo é herdeiro, prevê o indivíduo como seu foco em detrimento das coletividades ou das comunidades solidárias. Um dos critérios que vêm se tornando basilares para a produção de conhecimento nas sociedades pós-industriais é o da eficácia (LYOTARD: 1986). Portanto conhecer e cuidar do corpo e do sexo é anular a possibilidade de erro na higiene e no direcionamento da sua saúde.

Para isso sexo se relaciona com o poder, por meio de “mecanismos positivos” (FOUCAULT: 1988, 71), e o sujeito é levado a construir a sua sexualidade e não a simplesmente barrá-la ou interditá-la. Ao contrário somos incitados a pensá-la, analisá-la, administrá-la, geri-la de modo útil e sadio. Técnicas polimorfas são utilizadas para a disciplina e controle da sexualidade como corpo e como produtora de fenômenos populacionais (como incidência e prevalência de doenças, índices de mortalidade e natalidade, etc). A noção de sexualidade como dispositivo histórico nos leva à compreensão de que, nas civilizações pós-industriais, o intento é o de discipliná-la a ponto de tê-la sobre controle e com isso ter também o indivíduo (através do corpo) e o coletivo (através das populações). Outras várias instituições, como a escola, têm suas proliferações de discursos prescritivos e demonstrativos da relação que os indivíduos devem ter com a sexualidade.

A dinâmica que consegue interferir e construir condutas tão íntimas e individuais baseia-se no discurso, elemento que tanto se revela instrumento como efeito do poder. Aquilo que dizemos, que nos dizem, que é veiculado ou silenciado sobre sexo é analisado e aproveitado como forma de manipulação, adequação para uma modificação ou reorientação do desejo. A incitação discursiva sobre sexo transformou-se na melhor forma de conduzir a sociedade ocidental. A vontade de saber conduz à vontade de ouvir discursos sobre sexo, leva a incitar e a interrogar. A incitação traz prazer a quem a solicita e aplaca as inquietações de quem fala sobre si, pois será ouvido, interpretado, curado. A partir daí se tem massa para determinar uma eficiente administração daquele sexo confessado. Forma-se, com isso, “o regime poder-saber-prazer” descrito na análise foucaultiana da sexualidade (1988, 16).

Essa dinâmica discursiva veio se formulando e sofisticando desde a pastoral-cristã, que nos fez herdar a confissão. Houve uma preocupação em controlar as práticas, pensamentos, gestos, fantasias voluptuosas dos seus fiéis. Um exame minucioso daquilo que se referia a sexo era solicitado, pois havia a crença de que todos os ângulos da nossa vida reverberavam sexo e se entendiam afetados por ele. Então, em cada passo da nossa vida, ele deveria tanto ser analisado quanto confessado.

A confissão é a maneira pela qual o ocidente legitima a verdade. E o sexo era, nesse momento elemento especulativo da confissão, incitado não só pela Igreja, mas também por outras instituições, como a Escola. A grande forma do poder-saber do ocidente é a confissão. Assim o sexo se tornou objeto da verdade, não qualquer verdade, mas especialmente a do saber médico sobre ele.

A sexualidade é disciplinada por variados mecanismos positivos de poder que a constroem. A intenção não é barrá-la, interditá-la, mas ao contrário fazer disseminar discursos sobre ela a ponto de selecioná-los e organizá-los de forma a proliferar a vida. O processo civilizatório que caminha no sentido iluminista, como o atual sistema capitalista, impõe a esse indivíduo o cuidado de si. A condição que a pós-modernidade nos coloca é a de produzir a vida e cuidar dela é de modo individualizado. A vida “é deixada à diligência de cada cidadão. Cada qual é entregue a si mesmo. E cada qual sabe que este *si* mesmo é muito pouco.” (LYOTARD: 1986, 28). Por isso é importante disseminar discurso, informações a respeito do cuidado do corpo e do sexo, as prescrições sobre a sexualidade e as práticas sexuais que fazem prolongar e perpetuar a vida. Ou seja, há uma lógica pós-moderna de pensar e praticar a sexualidade. Não existem indivíduos absolutamente interditados em relação a sua sexualidade, pois há toda uma rede de informações, diagnósticos, curas, profissionais, há toda uma preocupação educacional socializante da sexualidade que prescreve os passos para a construção de uma sexualidade e subjetividade que perpetuem a vida de forma higiênica e com saúde.

O EXERCÍCIO DO DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

A importância da família e da escola para a socialização e apreensão dos valores e comportamentos sociais é irrefutável. Contribuem para o entendimento da importância da família nesse processo os estudos de Ralph Linton sobre “Cultura e Personalidade”. Rosaria Micela (1984:105) comenta tais estudos e deixa claro que

Se existem diferenças culturais no tratamento das crianças, um ponto importante é que toda cultura exerce uma série de influências gerais e veicula um denominador comum de experiências em todas as pessoas que pertencem a uma determinada sociedade. (MICELA: 1984, 105).

Este denominador comum é uma espécie de base para que outras influências específicas atuem sobre os indivíduos. Estas influências específicas vão atuar mais dentro da mesma cultura que entre culturas diferentes. E o maior fator dessa variabilidade das influências específicas será a socialização conduzida pela família. Como Micela comenta a teoria da influência cultural, “o fato de que o indivíduo seja mais exposto a um tipo de influência do que a uma outra é determinado pela unidade social mais restrita, a família.” (idem: 1984, 105). Ela é o primeiro meio social do indivíduo, o que a caracteriza como de socialização primária para as crianças. O segundo meio social do indivíduo de tenra idade é a escola que se une ao exército e às religiões como de socialização secundária. Nas escolas, os alunos aprenderão na sua socialização a internalização de regras sociais, a maneira de lidar com preferências, o que preferir e o que excluir, ao que se deve resistir, contra o que podemos nos rebelar. É nas escolas que também se aprende a ter disciplina e viver em sociedade. Em se tratando da educação sexual escolar, poder-se-ia pensar que nas escolas está instituída uma repressão sexual. Poder-se-ia pensar que nelas está validada uma regra binária do lícito e do ilícito no que se refere às questões sexuais ou se instituiu um silêncio que, por si, já denotaria uma repressão, pois a temática estaria relegada ao mutismo. Esta hipótese é facilmente aceita.

Curiosamente, quando nos percebemos do cotidiano da escola, vemos um fazer diverso relativo às questões de sexualidade. A escola é uma instituição marcada pela instalação de um determinado poder. As relações de poder que se instituíram na modernidade, valeram-se de instituições como a igreja, a escola, a família, o consultório médico e de saberes demográficos, biológicos, médicos, psicológicos, psiquiátricos e pedagógicos para fazer da sexualidade objeto de verdade, inspirado em múltiplas ciências. Com tais ciências e tais saberes, o sexo foi constituído como discurso científico. Com a escola não é diferente. Nela há o uso desse discurso científico para compreender a sexualidade, instalada nessa instituição de várias formas:

Não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos. O próprio mutismo, aquilo que se recusa dizer ou que se proíbe mencionar, a discrição exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso.(...) Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos. (FOUCAULT: 1988, 29-30)

O sexo das crianças tornou-se objeto discursivo de médicos e pedagogos. Muito dessa postura pôde ser vista no fazer da escola. Os professores são incitados a saber o discurso científico que se produz a respeito do sexo saudável e fazer com que suas ações pedagógicas se voltem a constituir condutas sexuais aceitáveis. Então, o discurso produz a sexualidade dos jovens segundo os efeitos que tais profissionais desejam ocasionar na reorientação das condutas

sexuais pueris e juvenis. Um discurso sobre sexo já vinha há muito acompanhando a escola ou vice-versa. Na sua obra, “História da Sexualidade: a vontade de saber”, Foucault explicita a idéia de que na escola não impera uma repressão do sexo, ao contrário, a tática lá utilizada é a da multiplicação discursiva mesmo o mutismo tem um fim discursivo. Esse filósofo escreve:

Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirige a elas, ora fala delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa – tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso. (FOUCAULT: 1988, 32-33)

Vimos que, através do discurso, o sexo é analisado, organizado ou mesmo reorientado, entrando numa rede de controle que configura o dispositivo de sexualidade. E a escola também se inscreve neste mecanismo de controle. O investimento do poder sobre o sexo foca, entre outras, a sexualidade das crianças como dispositivo investido de saber e de poder. Aquelas condutas sexuais dos jovens, almejadas e ratificadas na comunidade escolar, eram organizadas, nesse dispositivo, segundo aquelas que reconheciam o seu sexo pelo dito e não dito, mas também o reconheciam como imaturo. As crianças eram vistas como “seres sexuais liminares”, “aquém e já no sexo” (*op. cit.*: 1988). A sexualidade infantil era marcada por dois fatores: sua presença e sua ausência; aquela, em suas manifestações, e esta, em sua finalidade reprodutora. A reorientação do onanismo foi a característica da sexualidade infanto-juvenil mais enfatizada. Esta manifestação sexual foi patologizada, sendo entendida como prática que poderia causar esterilidade, a impotência, a frigidez, a incapacidade de sentir prazer. A criança e o jovem se constituíam, assim, os futuros cidadãos ou aqueles que produziriam futuros cidadãos, portanto deveriam ser sadios e não marcados pela degenerescência. A pedagogia analisava o sexo das crianças, especialmente as manifestações sexuais onanistas.

Os pedagogos e os médicos combateram, realmente, o onanismo das crianças como uma epidemia a ser extinta. De fato, ao longo dessa campanha secular, que mobilizou o mundo adulto em torno do sexo das crianças, tratou-se de apoiá-la nesses prazeres tênues, de constituí-los em segredos (...); em todo canto onde houvesse o risco de se manifestarem, foram instalados dispositivos de vigilância, estabelecidas armadilhas para forçar confissões, impostos discursivos inesgotáveis e corretivos; foram alertados os pais e os educadores, sendo entre eles semeada a suspeita de que todas as crianças eram culpadas e o medo de que eles próprios viriam a ser considerados culpados caso não desconfiassem suficientemente: tiveram de permanecer vigilantes diante desse perigo recorrente, foi prescrita a sua conduta e *recodificada a pedagogia*; e implantadas sobre o espaço familiar as bases de todo um regime médico-sexual. (*idem*, 42-43)

A escola assume a sexualidade como objeto seu do qual fala mesmo quando não o pronuncia. O sexo é pensado na escola sobre todos os aspectos. A escola, assim como a família e as instituições psiquiátricas, constitui-se como um espaço onde a sexualidade está contida até onde é possível. Não é por coincidência que podemos vislumbrar, nas escolas, o desenvolvimento de uma vigilância quando percebemos sua organização arquitetônica. Há

separação entre adultos e jovens, polaridade dos banheiros de meninos e de meninas, certa segregação nas atividades segundo o gênero. Essa distribuição arquitetônica de todo o espaço escolar conduz a uma forma de ser dentro deste aparelho que fisicamente institui as ordens de um poder que disciplina o corpo e a mente dos jovens.

A escola é este local de vigilância, de controle na organização do espaço e do tempo e, sobretudo, de disciplina. Este poder que implanta a disciplina tem sempre como alvo o corpo sendo investido como seu objeto. O corpo deve ser controlado, vigiado e ainda deve ser saudável. As técnicas que nos penetram, se imbricam no nosso cotidiano de forma tão sutil que nos fazem assumi-las como quase espontâneas. Elas nos afetam, internalizam-se. Passamos a nos policiar e a vigiar uma sociedade supostamente normal, segundo aquilo que se fez inculcar como apreciável nas relações sociais. Na escola, esta internalização de como pensar, o que acolher, o que renegar, como agir, que ações esperar dos outros nos fazem incorporar tais normas mesmo em nossos corpos e mentes. Todo esse cuidado com corpos e almas dos jovens nas escolas, como uma forma de obter uma disciplina particular, produz o que Guacira Lopes Louro (1997:61) chamou de corpos e identidades escolarizados.

Todas estas estratégias, mecanismos e técnicas implantadas na escola, ao redor da sexualidade dos jovens, fazem parte das relações de poder baseadas no dispositivo de sexualidade. O controle do sexo, desta forma, não se dá por meio de uma repressão binária. O fato de a interdição assumir uma norma, seria mais uma variável do mecanismo e não o fundamento que o liga ao sexo.

Desta forma não se pode dizer que o mutismo na comunidade escolar seja fruto de uma repressão do sexo, ou que não se trate desta temática na escola. Ao contrário, o sexo orienta a disposição física do espaço escolar e a formação de pedagogos e demais professores. Isto o faz presente num discurso dito e silenciado. Percebendo a importância da escola como meio social, mais um local onde os jovens aprendem a ser e o status da escola como construtora de uma realidade, a primeira postura que qualificaria a ética pedagógica é a crítica e refutação de modelos instituídos, mesmo aqueles supostamente espontâneos e ditos “naturais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A civilização nos legou mais busca de segurança que de satisfação sexual. Sublimar o instinto sexual foi o que produziu cultura. Mas hoje, para nos perpetuarmos como espécie e nos mantermos saudáveis, é preciso pensar, deliberar, administrar e construir um tipo de sexualidade calcada no saber médico-científico. A prevenção de doenças, o planejamento do casamento dos filhos faz parte de um particular processo civilizatório e uma condição social que se pode dizer pós-moderna nas sociedades pós-industriais ocidentais.

A sexualidade, por incluir o corpo, revela-se um elemento imbricado ao poder, servindo de instrumento para diversas manobras construtoras de subjetividades e de indivíduos. Isto pode ser analisando, tomando-se a repressão sexual como mais um efeito de disciplinamento na relação entre sexo e poder. Como um espaço de socialização secundária para crianças e jovens, a escola exercita o dispositivo de sexualidade nas suas práticas pedagógicas e mesmo na projeção de sua arquitetura. Essa relação entre poder e sexo é um produto da modernidade de tal forma que a escola não desenvolveria uma relação diferenciada com a sexualidade. Não há unicamente exercício de mutismos que já em seu silêncio muito nos fala, como também há proliferação de discursos que tratam da intimidade. Esses discursos vão favorecer uma disciplinarização das condutas sexuais na forma útil às sociedades ocidentais pós-industriais, que é a multiplicação e perpetuação da vida. A deliberação das questões sexuais tem como fim a produção da vida. A escola não vai reprimir a sexualidade, mas construí-la, segundo discursos a prescrição de uma

norma saudável e útil, segundo uma ordem sexual ocidental que obedece mais ao saber que ao prazer. A educação escolar multiplica essa perspectiva civilizatória em que o sexo é produzido pelo saber científico do normal, do anormal, do doente e do sadio de tal forma que busca construir uma sexualidade na perspectiva preventiva por deliberar, não o prazer, mas as doenças, os riscos e a morte.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Revista Estudos Feministas. Ano 9, SC: UFSC, 2º semestre, 2001, pp.575-585.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Orientação Sexual / Secretaria de Educação Fundamental**.- Brasília: MEC/SEF, 1997.(a)

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental**.- Brasília: MEC/SEF, 1997. (b)

FOUCAULT, Michel . **Microfísica do Poder**. 15ª ed. RJ: Edições Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 15ª ed, RJ: Edições Graal, 1988.

_____. **A Ordem do discurso**. SP: Edições Loyola, 1996.

_____. A disciplina In: **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 7ª ed, Petrópolis: vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol. XXI, RJ: Imago, 1972 [a].

_____. Três Ensaio sobre Sexualidade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol. VII, RJ: Imago, 1972 [b].

LINTON, Ralph. Cultura e Personalidade. In: **O Homem: uma introdução à antropologia**. 11ª ed. Sp: Martins Fontes, 1981.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 5ª ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder. In: **Microfísica do Poder**. 15ª ed. RJ: Edições Graal, 1979.

MICELA, Rosaria. Socialização Infantil e Transmissão Cultural. In: **Antropologia e Psicanálise: uma introdução à produção simbólica, ao imaginário, à subjetividade**. SP: Brasiliense, 1984.

ROUANET. Iluminismos e Contra-iluminismos (Sobre a modernidade e o seu projeto inacabado) *In: Cadernos de Cultura e Comunicação Contemporânea*. FACON, Salvador, 1994.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. SP: Martin Claret, 2005.